Nehru: ciência, nacionalismo e políticas externa e nuclear, 1947-1964

Claudio E. Ferreira*

Resumo

O nosso objetivo é analisar as concepções de Nehru sobre Ciência, Nacionalismo, Política Externa e Geopolítica, expostas em seu livro *The Discovery of India*. Escrito na cadeia, em 1944, este livro narra uma história da Índia desde seus primórdios até o presente e propõe um projeto nacional para a nação independente. Pretendemos então, estabelecer conexões entre estas concepções com as suas ações na condução da política externa e, especificamente, na condução do programa nuclear, durante sua gestão à frente do governo da Índia.

Palavras-Chave: Política Externa, Programa Nuclear, Índia, Geopolítica.

* * *

Abstract

The aim of our study is to analyze the Nehru`s conceptions about Science, Nationalism, Foreign Policy and Geopolitics, exposed in The Discovery of India. Written in prison, in 1944, this books tells an Indian`s history since their primordials until this moment and proposes a national project to an independent nation. So we intend to establish connection among these conceptions and these actions in the conduction of foreign policy and , in particular, in conduction of nuclear policy during his administration ahead India`s government.

Keywords: Foreing Policy, Nuclear Program, India, Geopolitics.

* * *

* Professor de história do Colégio Militar do Rio de Janeiro e doutorando em Ciência Política na área de Estudos Estratégicos da UFF.

Résumé

Notre objectif est d'analyser les conceptions de Nehru sur la Science, le Nationalisme, la Politique exterieure et la Géopolitique, tels qu'exposées dans son livre: The Discovery of India. Écrit en prison, em 1944, ce livre conte l'histoire de l'Inde depuis ses origine jusqu'á l'époque actuelle et propose um projet national pour la nation independente. Nous prétendons établir des connections entre ces conceptions et ses actions dans la conduite de la politique extérieure et, plus spécifiquement, dans la conduite du programme nucléaire, durant sa permanence à la tête du gouvernement de l'Inde.

Mots Clés: La Politique extérieure, Programme Nucléaire, L'Inde, Géopolitique.

Introdução

The Discovery of India é uma obra clássica de J. Nehru, escrita entre abril e setembro de 1944, na prisão do Forte Ahmadnagar, narrando uma história da Índia desde seus primórdios até 1944 e propondo um projeto nacional para a nação independente (NEHRU, 2004).

O texto constitui-se na narrativa de uma história da Índia, desde as primeiras civilizações do vale do rio Indo, passando pelo período dos árias, pelas diferentes e sucessivas hegemonias políticas e pelos elementos constitutivos de cultura indiana como os *Vedas*, os *Upanishads*, a mitologia, o sistema de castas, o hinduísmo, o budismo, o *Bhagavad Gita*, as escritas, o teatro, a matemática, o comércio, a arte, a filosofia. Descreve as relações com as regiões do sudeste da Ásia, os períodos de crescimento e declínio, o advento dos árabes e mongóis, a estrutura social, a importância dos governos locais. Analisa a chegada dos ingleses, o estabelecimento de seu domínio e a criação de um movimento nacionalista na luta contra o imperialismo. Tudo isso é narrado de modo que se possa definir um passado histórico comum – a Índia – que se constituiria num elemento de identidade cultural na luta contra a dominação estrangeira. Devido à variedade étnica, lingüística, social e religiosa do subcontinente indiano, parecia ser necessário forjar um nacionalismo que tivesse uma referência mais abrangente e que pudesse se constituir num elemento cultural e ide-

ológico aglutinador naquele período de luta contra a dominação colonial inglesa.

A obra contém também reflexões sobre os problemas da Índia contemporânea. Questões como a fome, o desenvolvimento econômico, a religião, a ciência, a filosofia, a geopolítica, o panorama mundial, a Segunda Guerra Mundial – então em curso – a taxa de natalidade, o problema populacional, o islamismo, as relações internacionais, as relações entre passado e presente, a filosofia de vida, as eleições gerais, a cultura de massa, a herança colonial inglesa, as minorias, Gandhi, a não violência, a desobediência civil e o advento das superpotências.

O nosso objetivo é analisar as concepções de Nehru sobre Ciência, Nacionalismo, Política Externa e Geopolítica, e estabelecer conexões com as suas ações de política externa e, especificamente, na condução do programa nuclear indiano, durante sua gestão à frente do governo da Índia.

Ciência, Nacionalismo, Políticas Externa e Nuclear

Inicialmente, abordaremos sua noção de Ciência. Este é um conceito basilar para a compreensão de sua ação política. Ao se considerar vivendo em uma época científica, Nehru pensava que a única maneira para tirar a Índia do atraso em que se encontrava seria através da aplicação deste conhecimento. Ao compará-lo com as outras formas de conhecimento, como a Religião e a Filosofia, Nehru é definitivo: a Ciência é o único meio para se chegar à verdade, mesmo que esta seja sempre parcial e limitada pelas condições de sua época. Para ele, o método e a têmpera da Ciência são os únicos instrumentos válidos para viabilizar a incessante busca, pelo homem da verdade, da beleza e da bondade, tornando-se um guia para o presente e para o futuro (*Ibid*, p. 568-569).

Ao comparar o método de investigação da Ciência com os processos da Religião e da Filosofia, Nehru crê que aquele é o único que possibilita alcançar os grandes objetivos do homem. Para ele, a Religião teve no passado importância para a produção de conhecimento, mas ela se transformou em dogma e passou a servir a interesses sociais específicos e a ser utilizada para a preservação de privilégios de determinados grupos sociais. Ela se cristalizou e impediu o rumo do homem para a verdade. À medida que mudava o contexto histórico, as condições sociais, os hábitos e a mentalidade de um povo, a Religião se tornava um entrave ao desenvolvimento humano, deixando de ser capaz de responder às necessidades dos novos tempos. Ela deixa de ser compreendida da maneira que era, pois sua linguagem e

seus símbolos eram compatíveis com uma determinada época histórica. O espírito contido em seus textos perdia o significado original e acabava por se transformar em uma rotina estéril e cerimonial. Segundo Nehru, os princípios religiosos restringiram o desenvolvimento do intelecto e fizeram com que o homem perdesse o dinamismo e o espírito de aventura que tanto o distinguia. O homem se torna, então, submisso à natureza, às igrejas estabelecidas e à ordem social dominante (*Idem*, p. 579).

A Filosofia, por sua vez, permite a investigação da verdade de maneira mais livre, mas como não está conectada com reais problemas da sociedade, se mostra incapaz de produzir as soluções para mitigá-los.

O homem, contudo, ainda não foi capaz de atuar segundo a têmpera da Ciência, que permite vislumbrar o verdadeiro alcance de seu método. Esta incapacidade fez com que ele, utilizando a Ciência, destruísse a natureza e a si próprio. Para Nehru, os ocidentais produziram, a partir do conhecimento científico, uma brilhante civilização, que se mostrou, no entanto, incapaz de perceber sua verdadeira têmpera.

Nehru vê na Ciência o instrumento capaz de tirar a Índia do atraso em que se encontra e de conduzi-la à modernidade alcançada pelos ocidentais (NAYAR, 2003, p. 155). A partir de Hiroshima, a energia nuclear passou a representar o auge do domínio humano sobre a natureza. A fabulosa energia contida no interior de átomos invisíveis era capaz de, se controlada, trazer o desenvolvimento para os milhões de indianos, tirando-os do atraso em que se encontravam. Este era, todavia, um novo campo da pesquisa científica que também havia proporcionado ao homem e a algumas nações o domínio de uma força destruidora absolutamente inimaginável, especialmente a partir de 1952, com a detonação da primeira bomba de hidrogênio, cuja potência superava em milhares de vezes a das primeiras bombas atômicas. Para impedir esse uso, era necessário possuir e compreender a têmpera científica, caso contrário, um novo período de guerras viria com uma capacidade de destruição verdadeiramente aterradora. É neste sentido que podemos compreender a preocupação de Nehru, durante seu governo, com a paz e com a solução pacífica das questões mundiais. Era necessário, para o homem, ter algum idealismo e alguma confiança nos valores espirituais e morais ou então a existência humana não teria sentido algum.

Nehru, porém, em nenhum momento, perde a consciência de que é um indiano e o traço que mais se destaca em seu pensamento é, indubitavelmente, seu ardoroso nacionalismo. Ao definir o nacionalismo como uma memória coletiva de experiências, êxitos e tradições (NEHRU, 2004, p. 573-574), ele aponta a ligação que existe entre o passado e o presente e

de sua importância como elemento aglutinador e fundamental para o desenvolvimento do país e para a preservação das verdadeiras características da cultura indiana, definidoras da identidade nacional. Em suas reflexões, defende a eliminação na Índia daquilo que representava um embotamento asfixiante da verdadeira cultura nacional e a impedira de se desenvolver plenamente, ao longo de sua história.

Para Nehru, a identidade nacional é uma condição fundamental para a afirmação da Índia no âmbito internacional e para seu desenvolvimento político, social e econômico. Ele aponta a urgente necessidade de uma modernização nas mentalidades e nos comportamentos sociais da população indiana, investindo contra o sistema de castas (*Idem*, p. 579-580). Este sistema, que tem origem no tempo dos Vedas[1], constituía-se em um obstáculo difícil de ser superado. Com base em princípios religiosos, preservava uma sociedade antiquada e incapaz de se modernizar ou de assimilar a nova era da Ciência. Ao argumentar em favor de sua extinção, Nehru defende a necessidade de se preservar as verdadeiras origens da cultura indiana. O que ele considera como excrescências e cinzas do passado que deve desaparecer está relacionado a este sistema e aos dogmas e aos comportamentos individuais e coletivos a ele associados. O enrijecimento dos princípios religiosos impediu a modernização e a assimilação do espírito científico dos novos tempos. A Índia deveria abandonar essa postura e adequar suas verdadeiras raízes culturais, especialmente a liberdade de pensamento, à modernidade científica.

Nesse sentido, a Constituição de 1950, apesar de estabelecer a igualdade de direitos, independente de sexo, de religião, de raça, de língua ou de casta e de tornar ilegal a intocabilidade no artigo 17, garantiu um número de cadeiras no Parlamento para os antigos intocáveis e para as tribos das florestas. Esses grupos foram listados em uma relação especial na Constituição, tornando-se conhecidos como "*Schedules Castes and Tribes*". O hinduísmo é uma influência muito presente na sociedade indiana contemporânea e, na prática, o sistema de castas ainda persiste (METCALF *et. METCALF*, 2002, p. 228).

[1] Um dos textos mais sagrados do hinduísmo. Constitui-se em uma coletânea de 1028 hinos, chamados de Rig Veda, recitados pelos sacerdotes durantes sacrifícios e outras cerimônias. Alguns deles eram dirigidos a deuses específicos. Também havia hinos de batalhas, observações e diálogos. Esta coletânea se constitui em uma das principais fontes de informação sobre a religião dos árias, povos de origem indo européia que migraram do Irã para o noroeste da Índia em torno de 1500 a.C. Por volta do século VI a.C., estas tribos constituíram um conjunto de 16 reinos e passaram a dominar o vale do rio Ganges. Depois de um período de lutas, o reino de Magadha saiu vencedor e estabeleceu seu domínio sobre o vale durante séculos. Data da era védica o estabelecimento do sistema de castas, e o Rig Veda contém os relatos narrando a origem mítica de sua criação. Anita. Explorando a Índia. São Paulo: Editora Ática, 1997, p. 8.

A política de integração e acomodação étnica foi mais bem-sucedida, conseguindo preservar a unidade do país e a estabilidade do sistema democrático, embora persistam movimentos separatistas que pretendem a emancipação de certas regiões. É bem verdade que, logo após a Partição, Nehru não hesitou em usar a força em nome dos interesses da Índia (CHANDRA *et al*, 2000, p. 162). As intervenções em *Hyderabad* e na *Caxemira* deixaram claro que os interesses nacionais se colocavam acima de considerações de ordem ética ou moral.

Parece-nos oportuno abordar uma questão recorrente quando se analisa a política externa de Nehru. Trata-se de discutir se este líder tinha uma abordagem realista ou idealista das relações internacionais. Para Nayar e Paul, não é possível rotular a ação de um homem de Estado da estatura de Nehru a partir de categorias estáticas. Pode-se considerar que, durante os primeiros anos de seu longo governo, Nehru teve uma abordagem das questões externas mais próximas do que se considera como Idealismo.

A solicitação de arbitragem da ONU, por ocasião da primeira guerra com o Paquistão, talvez seja o melhor exemplo dessa fase. Naquele momento, o domínio indiano era pleno, e toda a região de *Jammu* e da *Caxemira* poderia ficar sob domínio indiano. Contudo, antes que a ação estivesse completa, Nehru levou o problema às Nações Unidas, que intervieram em favor do Paquistão. Posteriormente, Nehru foi muito criticado por esta atitude, mas quando percebeu que a ONU era um organismo sujeito às pressões e aos interesses das grandes potências, agiu de modo realista. Ele impediu a aplicação das resoluções tomadas, manteve o domínio militar nas áreas sob controle indiano e se recusou a implementar as decisões das Nações Unidas. O que nos parece mais adequado nesta discussão é perceber que Nehru possuía uma abordagem muito pessoal das relações internacionais e mesclava elementos idealistas e realistas. Entretanto, como se depreende da leitura de seus escritos, estes conceitos têm um significado muito diferente daquele que tradicionalmente os estudos de relações internacionais lhes atribuem.

O Realismo clássico é, segundo Nehru, um conceito vazio, preso ao passado, ignorando ou se recusando a compreender os fatos do presente. Estes fatos não são apenas políticos e econômicos, mas também incluem os sentimentos e as necessidades de um grande número de pessoas. Para ele, este Realismo é mais imaginativo e divorciado da realidade que o chamado Idealismo. As análises geopolíticas que embasam a maior parte das interpretações realistas são baseadas na tradicional política de potência e de

equilíbrio de poder e, fatalmente, levam ao conflito e à guerra (NEHRU, 2004, p. 600-601).

Por mais que Nehru tentasse evitar que o mundo do pós-guerra repetisse os procedimentos de política realista tradicional, não foi possível evitar seus desdobramentos. A Guerra Fria confirmou os seus temores, quando este refletiu sobre as alternativas então existentes: a conquista ou a associação mundial (*Ibid*, p. 598-599)? A política norte-americana de conter regionalmente a Índia através do fortalecimento militar do Paquistão, a expansão chinesa que levou à humilhação de 1962 e à detonação nuclear de 1964 forçaram a Índia a abandonar, pelo menos em parte, sua retórica pacifista e a aumentar o percentual de seu PNB com gastos para a defesa convencional. A crise interna gerada por estes acontecimentos pressionou o governo indiano a agir de forma mais próxima daquilo que tradicionalmente se considera como uma política realista.

Na verdade, esta discussão não é muito profícua. Podemos, em tese, aceitar a interpretação que Nayar e Paul fizeram para fins de análise histórica. Contudo, os escritos de Nehru definem sua posição de modo muito nítido. Acima de tudo, está o interesse da Índia, que é o que deve prevalecer. Se a retórica idealista é adequada para alcançar determinados objetivos, deve ser utilizada. Na realidade, podemos interpretar a política externa de Nehru sob este prisma. Havia um projeto de Nação a médio e longo prazos e não havia recursos suficientes para financiar esse projeto. A alternativa foi, com base no *soft power*, e na diplomacia pacifista, garantir à Índia os recursos e o tempo necessário para implementar os programas de modernização do país. A postura não alinhada foi extremamente importante para garantir o espaço para a Índia vir a desempenhar no futuro o papel de grande potência. O alinhamento a um dos blocos fecharia as portas para este intento (NAYAR, 2003, p. 135).

É neste sentido que interpretamos a ambigüidade do programa nuclear da Índia[2]. O controle sobre o átomo garantiria, segundo a crença da época, energia farta e barata para impulsionar o desenvolvimento econômico. A tecnologia desenvolvida colocaria a Ciência indiana no mesmo patamar das grandes potências. A infra-estrutura nuclear, livre de salvaguardas internacionais, possibilitaria à Índia exercer a opção militar, se as contingên-

[2] Sobre a política nuclear indiana no período, ver, entre outros: ABRAHAM, I. The *Making of the Indian Atomic Bomb*, *London & New York, Zed Books*, 1998; BHATIA, Shyam. *India's Nuclear Bomb*, Ghaziabad, Vikas Publishing House PVT LTD, 1979; KAPUR, A. *India's Nuclear Option, atomic diplomacy and decision making*, New York, Praeger Publishers, 1976; Pokhran and Beyond: *India's Nuclear Behaviour*. New Delhi, Oxford University Press, 2001; PERKOVICH, G. *India's Nuclear Bomb: the impact on global proliferation*. Berkeley, University of California Press, 1999.

cias da política de potências assim exigissem. A defesa intransigente, por parte da Índia, para manter o controle sobre os subprodutos das reações nucleares ocorridas no interior de seus reatores, significava tanto o desejo de afirmar a sua soberania face às grandes potências, muitas delas com passado imperialista, como também preservar a opção militar com a posse desses subprodutos entre os quais o Pu-239, que era vital para a produção de armas nucleares.

Não podemos afirmar que a opção indiana por reatores de urânio natural e moderado com água pesada pudesse significar uma decisão prévia de ter acesso ao plutônio com fins militares. Os planos energéticos de Bhabha estavam baseados na utilização do tório, elemento que a Índia possuía em abundância, ao contrário do urânio, contudo a tecnologia para a aplicação industrial desta alternativa ainda era puramente teórica. O outro elemento físsil utilizado em explosivos nucleares era o U-235, um isótopo extremamente raro, de difícil e dispendiosa separação do urânio natural. Nessa época, o único método comprovado para realizar a separação física era o de difusão gasosa, que necessitava de enorme quantidade de energia elétrica e de uma infraestrutura tecnológica que a Índia estava longe de possuir. Todavia, a separação química do Pu-239 do combustível irradiado do reator era um processo industrial muito mais simples e factível. Podemos concluir que, se a intenção de Bhabha de produzir energia a partir de usinas de urânio natural, para em seguida usar o plutônio resultante, em associação com o tório, para produção de energia em *fast breeder reactors* e assim gerar mais urânio do que o utilizado inicialmente era, na expressão de Perkovich, quixotesca (PERKOVICH, 1999, p. 26). A utilização do plutônio extraído dos reatores de urânio natural e livre de salvaguardas internacionais era perfeitamente viável para uma opção militar, caso a Índia assim desejasse.

Uma importante característica da Índia independente já estava nitidamente delineada nos textos de Nehru. Trata-se do papel do Estado como impulsionador e controlador das atividades econômicas consideradas estratégicas (NEHRU, 2004, p. 582). Admirador de certas premissas do Socialismo, mas consciente da repressão política na URSS, Nehru é explícito quando diz que o Estado deve ter o monopólio das atividades industriais de base e esta será uma marca da economia indiana durante décadas. A poderosa *Atomic Energy Commission* estava diretamente subordinada à autoridade do Primeiro Ministro. No entanto, a firme determinação dos líderes indianos de sedimentar o sistema democrático impediu a opção por um caminho revolucionário para implantar de forma acelerada um proces-

so de rápida modernização industrial sob o controle do Estado (NAYAR, 2003, p. 121). De qualquer forma, o controle político que o partido do Congresso desfrutou durante o período que vai desde a independência até a segunda metade dos anos 70 viabilizou a implantação de um programa econômico baseado no rígido controle do Estado sobre as atividades industriais básicas.

A política externa indiana foi profundamente marcada pelo longo período de lutas pela independência política. Durante esse período, foram formulados os princípios fundamentais da política externa indiana. A mesma estava baseada na afirmação do interesse nacional indiano, no internacionalismo e na oposição contra toda forma de colonialismo e de discriminação com base em diferenças de raça. Ela propunha a solução pacífica dos problemas e uma ampla cooperação internacional para diminuir as desigualdades entre as nações.

Em 1927, o partido do Congresso anunciou sua política externa, informando que a Índia não tomaria parte de uma guerra imperialista e que nenhum acontecimento a faria participar de qualquer guerra sem o consentimento de seu povo.

Durante os anos 30, os líderes do Congresso enfrentaram um importante dilema com a ascensão dos regimes imperialistas na Alemanha e no Japão. A conquista da Manchúria, a guerra civil na Espanha, a invasão italiana da Abissínia, o acordo de Munique e a subseqüente invasão da Tchecoslováquia deixavam claro que a guerra era iminente. A questão era que se avizinhava uma guerra opondo Inglaterra e Alemanha. A Índia tinha pontos de atrito com as duas nações: com a Inglaterra, em função da dominação imperialista e com a Alemanha, em razão de sua brutal política racial. O dilema que se apresentava era de difícil solução. O nacionalismo se chocava com o internacionalismo. Para Nehru, quando isto acontece, o nacionalismo sempre se impõe. Para ele, só há possibilidade de harmonizar as duas tendências quando os interesses internacionalistas estão ajustados aos interesses de cada nação, e esta só pode assumir uma política externa internacionalista se for livre; caso contrário, todas as energias disponíveis deverão ser dirigidas para a conquista da liberdade, o que não era o caso da Índia (NEHRU, 2004, p. 463). A prioridade para a Índia era a luta contra o domínio imperialista inglês. De acordo com Nehru, este dilema não existiria se a Inglaterra se dispusesse a conceder a sua independência. Ela queria contar com a boa vontade do povo indiano, mas esta hipótese, por razões óbvias, não era considerada.

Nehru justifica sua posição tomando como exemplo vários casos da política recente européia nos quais os interesses nacionais prevaleceram sobre compromissos internacionais, tais como a postura da Inglaterra e da França durante os eventos da Guerra Civil na Espanha e da divisão da Tchecoslováquia, no acordo de Munique, em 1938. Os Estados Unidos mantiveram-se fora da Segunda Guerra até o ataque a Pearl Harbour e a URSS, a grande defensora do internacionalismo, visou estritamente aos interesses do país, quando fez o pacto de não agressão com a Alemanha, em agosto de 1939, sendo fiel a ele até o ataque alemão, em junho de 1941 (*Idem*, p. 461).

A política externa da Índia independente pode ser compreendida à luz dessas posições. O não alinhamento significava colocar os seus interesses acima de qualquer compromisso que envolvesse alianças militares que pusessem em risco a soberania e a segurança do país. Um compromisso de ordem militar significava subordinar os interesses nacionais da Índia a situações conjunturais e por em risco seus interesses imediatos, de médio e longo prazo.

O nacionalismo indiano era profundamente influenciado pelo pensamento de Gandhi. Seu intenso nacionalismo era mesclado com a consciência de que possuía uma mensagem para a Índia e para o mundo. Este nacionalismo continha uma perspectiva de paz mundial, estava isento de qualquer intenção agressiva e acreditava na possibilidade de uma confederação mundial de Estados interdependentes. Este pensamento exerceu profunda influência em todos os indianos, especialmente em Nehru. Para este, a paz era ardentemente necessária a fim de que o mundo não produzisse sua autodestruição. O interminável ciclo de guerras tinha que ser interrompido e o homem deveria se adequar aos novos tempos do conhecimento científico e adquirir sua verdadeira têmpera.

A maior integração do mundo não permitiria mais a manutenção de flagrantes relações de exploração colonial, produzindo as desigualdades até então existentes. Era necessário estabelecer uma nova forma de cooperação internacional para diminuir as desigualdades existentes e se aproximar da verdade, da igualdade e da beleza. A aventura do homem deveria ser partilhada por todos e não apenas por alguns. Enquanto isto não acontecesse, a verdadeira têmpera da Ciência não seria alcançada e as guerras prosseguiriam.

Na crença de Nehru, a perspectiva realista tradicional estava baseada em pressupostos que perderam a validade e pertenciam a um passado que deveria desaparecer. Contudo, e se isso não acontecesse? Como a Índia deve-

ria se situar no mundo? É neste sentido que interpretamos a política nuclear indiana. Para alcançar um *status* de grande potência, a Índia não poderia mais ser submetida pela superioridade científica e tecnológica estrangeira, do modo que o Ocidente havia imposto durante a expansão industrial e imperialista do século XIX. A política das canhoneiras foi substituída pela ameaça de ataques aéreos maciços durante a Segunda Guerra Mundial e ao final pelo horror nuclear. A Índia deveria dispor da capacidade de produzir estas armas se assim considerasse necessário. Porém, Nehru quer a paz e abomina a idéia de ter de construí-las, mas, como antes de tudo é um nacionalista, enxerga os interesses de sua Nação em primeiro lugar, e ela não pode mais ser intimidada ou dominada.

Esse seria o sentido último da política de não alinhamento. Ela se constituiu em uma estratégia que visava a garantir a Índia alcançar, no futuro, o *status* de grande potência e, portanto, o alinhamento a um dos dois blocos de poder formados após o fim da Segunda Guerra Mundial significava abdicar de tal projeto (NAYAR , 2003, p. 127).

A análise de Nehru sobre a perspectiva do mundo no pós-guerra vislumbrava duas alternativas: a cooperação mundial ou a confrontação (*Idem*, p. 601-602). A segunda alternativa prevaleceu através da bipolarização da Guerra Fria. Nehru demonstrou grande habilidade política ao conseguir manter seu país fora dessa divisão e também inserir a Índia nas grandes questões mundiais, granjeando respeito e prestígio internacionais. Suas ações na defesa da paz mundial, no desarmamento, na defesa da emancipação das colônias na África e na Ásia, na luta contra os regimes segregacionistas, na defesa da solução pacífica dos conflitos e o freqüente envio de tropas indianas em missões de paz em várias áreas de conflito fizeram de Nehru e da Índia uma liderança de grande destaque internacional.

A prioridade, contudo, dada ao desenvolvimento econômico nacional, através de um amplo programa de desenvolvimento da indústria pesada considerada como necessária para tornar a Índia uma grande potência, trouxe importantes e graves conseqüências para o prestígio internacional da nação e de sua liderança. A decisão de reduzir os investimentos na área de defesa tornou o país vulnerável do ponto de vista militar.

A aceitação da invasão do Tibete, em 1950, pela China, colocou a Índia em uma posição estratégica bastante delicada. Mesmo assim, continuou defendendo o ingresso da China no Conselho de Segurança da ONU e promoveu uma política de aproximação com o regime comunista com base no *Panch Shelᵝ*. Podemos interpretar esta manobra como uma tentativa de

β Estes princípios eram respeito mútuo pelas respectivas soberanias e integridades territoriais; a não agressão;

substituir a política de equilíbrio de poder por uma ação diplomática que visava compensar a assimetria estratégica existente entre os países.

Contudo, esta política não teve os resultados pretendidos e, em 1962, a Índia foi internacionalmente humilhada pela China na guerra em torno de fronteiras não demarcadas. Nesse momento, a opção política de não priorizar a preparação militar cobrou seu preço. As forças indianas militares estavam despreparadas, em todos os níveis, para enfrentar a situação como uma grande potência. O país teve que suplicar ajuda internacional, e grandes extensões de seu território ficaram à mercê das forças chinesas, que, ao tomarem seus objetivos, declararam um cessar fogo unilateral, o que aumentou ainda mais a humilhação indiana. Nehru recebeu pela primeira vez um voto de desconfiança e o partido do Congresso teve seu prestígio seriamente abalado. A crise chinesa evidenciou a fragilidade estratégica convencional da Índia.

As ameaças internacionais já vinham rondando a Índia desde que o Paquistão assinara, em 1954, um acordo de cooperação militar com os Estados Unidos. Este acordo visava à contenção da Índia em uma esfera regional[4]. O Paquistão era visto pelos Estados Unidos como um contrapeso às pretensões indianas de se tornar uma grande potência na Ásia e, a possibilidade de organização de um bloco político envolvendo a China e o Japão em um bloco asiático nacionalista que ameaçaria a hegemonia dos Estados Unidos.

A percepção da liderança soviética de que a Índia não era apenas um "cão de fila do imperialismo", principalmente em razão da atuação independente dos indianos na guerra da Coréia, permitiu uma aproximação política entre os dois países. A morte de Stalin e a mudança nos rumos da política externa soviética com a adoção da doutrina de coexistência pacífica possibilitaram o estabelecimento de relações políticas mais sólidas entre os dois países. Mesmo não havendo um alinhamento político e militar formal, havia uma confluência de interesses entre eles, e os resultados dessa aproximação não tardaram a aparecer.

As resoluções na ONU, condenando as ações indianas na *Caxemira* passaram a ser sistematicamente vetadas pela URSS. Os soviéticos inicia-

a não intervenção nos assuntos internos do outro; a igualdade e benefício mútuo e a coexistência pacífica. Em junho do mesmo ano, os primeiros ministros da China e da Índia concordaram que estes princípios deveriam ser aplicados em suas relações com os demais países da Ásia e de outras partes do mundo. Inspirados nas cinco regras de conduta do Budismo, os princípios serviram de base para as discussões de Bandung, em 1955. JAYAPALAN, N. *Foreign Policy of India*. New Delhi, Atlantic Publishers and Distributors, 2001. p. 54

[4] Para a política de contenção da Índia, ver especialmente: NAYAR, B. R. American Geopolitics and India. New Delhi, Manohar, 1976.

ram um programa de ajuda econômica à Índia com a implantação de importantes complexos industriais e, no início dos anos 60, foi assinado um acordo para a construção, sob a licença, do avião caça de interceptação MIG-21. Por diversos motivos, tanto a URSS como a Índia condenavam a manutenção dos impérios coloniais, o que as colocava em oposição aos Estados Unidos.

A análise do quadro geopolítico da Ásia é muito complexa. Inicialmente, devemos considerar a perspectiva global. Neste caso, a questão dominante envolve a Guerra Fria. A política de contenção definida pelos norte-americanos visava isolar a URSS. No entanto, o sucesso da Revolução Comunista na China alterou este quadro, viabilizando uma aliança política entre os dois gigantes e fazendo a balança pender para o bloco oriental. A aproximação política da Índia com a URSS reforçava os temores norte-americanos, que ao implementarem o acordo de cooperação militar com o Paquistão, trouxeram a Guerra Fria para o subcontinente. As armas fornecidas não eram capazes de atingir a China nem a URSS, mas eram adequadas para uma guerra contra a Índia. Porém, ao final dos anos 50, a recusa soviética de fornecer a bomba atômica para os chineses e as disputas em torno da longa fronteira entre os dois países levaram a um distanciamento.

Na esfera regional, os problemas envolvem a rivalidade China x Índia e os papéis que desempenham nesse quadro o Paquistão, os Estados Unidos e a URSS. As pretensões indianas de atuar como grande potência esbarravam nas ambições chinesas de liderança asiática. O Paquistão será o grande beneficiário e também o instrumento político para atuar, segundo os interesses da China e dos Estados Unidos. Armado abertamente pelos Estados Unidos e, mais tarde, secretamente, pela China, que lhe fornecerá, a partir do final dos anos 70, a tecnologia básica para seu programa nuclear e de mísseis (AHMED, 1999, p. 185-186), o Paquistão se torna o principal entrave ao desenvolvimento indiano em seu projeto de grande potência. A URSS, no início dos anos 60, apesar das crescentes diferenças com a China, não quis romper o bloco comunista e se manteve neutra, quando ocorreu a guerra sino-indiana. É bem verdade que essa guerra aconteceu durante a crise dos mísseis em Cuba e era perfeitamente compreensível que a prioridade da liderança soviética estivesse voltada para esta questão. De qualquer forma, o que a liderança indiana percebia é que para atuar como grande potência, apenas a diplomacia e o *soft power* não seriam suficientes para permitir que ela desempenhasse um papel significativo no sistema internacional.

Este é um ponto muito importante que devemos considerar. A partir de uma perspectiva de longo prazo, entre o período que vai de 1962 a 1964 (ano da morte de Nehru), a Índia já reunia as condições essenciais para desenvolver um programa nuclear com fins militares. Esta posição só pode ser alcançada graças à hábil política conduzida por Nehru e seu assessor imediato, Homi Bhabha. Desde a independência, a Índia buscou incessantemente o acesso à tecnologia nuclear. Graças a uma postura internacionalista e explicitamente pacifista de Nehru, os indianos conseguiram obter facilidades nesta tecnologia. As mesmas permitiram o acesso a vasto conhecimento teórico; a capacitação e o treinamento de milhares de técnicos e engenheiros nucleares; e, principalmente, a implantação de uma infra-estrutura industrial que possibilitou a produção de material físsil (Pu-239) e as operações de reprocessamento deste elemento, extraído das barras de combustível do reator CIRUS, fornecidas pelo Canadá. O mais importante é que todas estas instalações estavam livres de qualquer controle externo, podendo ser possível o desvio deste material para a produção de bombas nucleares. Na verdade, a primeira detonação nuclear indiana, ocorrida em maio de 1974, foi realizada utilizando como explosivo o plutônio extraído do reator CIRUS e reprocessado na unidade Phoenix.

> É evidente que não foi somente devido à habilidade diplomática de *Nehru* e de *Bhabha* que foi possível para a Índia obter estas facilidades. Nos anos 50, havia uma grande perspectiva a respeito das possibilidades de utilização da energia atômica. Os próprios planos de *Bhabha* para o uso do plutônio e do tório, em vez de usar urânio enriquecido, são um reflexo disto. Até hoje, os reatores *fast breeder* não alcançaram um nível de confiabilidade tecnológica e de segurança, e poucos países no mundo possuem programas nucleares que incluem este tipo de reator. (ATKINS, 2000, p. 59-60)

Os anos 50 presenciaram uma corrida por armas nucleares sem precedentes com as potências aumentando de forma quase que frenética seus arsenais. A disseminação do uso pacífico da energia nuclear era uma forma de amortizar os gastos feitos pelas potências capitalistas na construção de seu arsenal nuclear, desde que fosse realizado sob controle internacional. Daí, resultaram as tentativas de se estabelecer formas de controle para disseminar o uso pacífico e impedir a proliferação da capacidade militar. Mas os interesses econômicos foram mais fortes e as preocupações com os controles sobre os materiais produzidos nos reatores permaneceram fracos.

> É neste ponto que reside a habilidade política de *Nehru* e *Bhabha*. Movidos por um desejo genuíno de modernizar e de fortalecer a Índia, souberam aproveitar as oportunidades da conjuntura internacional. Eles conseguiram prover a Índia de uma infraestrutura nuclear que permitiu atingir a longo prazo a auto-suficiência tecnológica (hoje a Índia produz seus próprios reatores, livres de qualquer restrição internacional). [PERKOVICH, 1999, p. 508]

e a médio prazo, dotaram o país da capacidade de produzir suas próprias bombas atômicas.

Se, em 1964, a Índia não era capaz de lançar bombas em alvos na China, isto era um problema que poderia ser resolvido posteriormente, como de fato foi. Mas, é importante destacar que, a partir dos anos 60, as ações internacionais promovidas pelas potências nucleares se tornaram mais incisivas no sentido de impedir a proliferação nuclear e resultaram, em 1968, na assinatura do Tratado Internacional de Não Proliferação Nuclear - TNP. Porém, quando isto aconteceu, a Índia já possuía os meios e a capacidade para produzir bombas nucleares.

Considerações Finais

A Índia era, na avaliação de Nehru, potencialmente uma das quatro principais nações do planeta (NAYAR, 2003, p. 134). Ela não mais poderia ser submetida a um domínio colonial que asfixiava seu desenvolvimento e o bem estar de sua população. Para alcançar este lugar, a Índia precisava recuperar o atraso que lhe havia sido imposto pela dominação imperialista. Era necessário pular etapas e dominar o que havia de mais avançado no campo da Ciência – o átomo. As energias que podiam ser extraídas de seu controle podiam significar a ultrapassagem deste hiato no desenvolvimento indiano em relação às demais potências. Contudo, as implicações militares de seu manejo eram evidentes e o acesso a estas informações não seria disponibilizado por aqueles que possuíam a tecnologia nuclear. Era necessária uma ação política determinada para obter este conhecimento. A ação de Nehru e Bhabha buscou obter esta tecnologia, mas sempre tendo em mente a manutenção da independência da Índia, não subordinando o acesso a este conhecimento a qualquer tipo de imposição que pudesse significar um retorno a qualquer forma de neocolonialismo. A firme recusa às tentativas de imposição de regimes discriminatórios entre os países que possuíam a tecnologia nuclear e aqueles que não as possuíam tornou-se

um das pedras angulares da diplomacia nuclear indiana, que perdura até os dias atuais (FERREIRA, 2007).

A oposição ao Baruch Plan (1946), ao programa *Atoms for Peace* (1953) e, nos anos 60, às negociações que resultaram na assinatura do TNP e na sua extensão permanente a partir de 1995, ao CTBT (*Comprehensive Test Ban Treaty*) em 1996, e da cada vez mais restritiva política internacional de não proliferação que a Índia vem assumindo desde a independência tem suas raízes nas formulações teóricas e na ação política definida por Nehru, ainda durante o período de luta pela Independência.

Referências Bibliográficas

ABRAHAM, I. The *Making of the Indian Atomic Bomb*. London & New York, Zed Books, 1998.

AHMED, Samina. "Pakistan's *Nuclear Weapons Program: Turning Points and Nuclear Choices.*" *International Security*, spring 1999, vol. 23, n. 4.

ATKINS, Stephen E. *Historical Encyclopedia of Atomic Energy*. London, Greenwood Press, 2000.

BHATIA, Shyam. *India's Nuclear Bomb*. Ghaziabad, Vikas Publishing House PVT LTD, 1979.

CHANDRA, B.; MUKHERJEE, M.; MUKHERJEE, A. *India After Independence 1947-2000. New Delhi: Penguin Books India*, 2000.

FERREIRA, C. E. "A Doutrina Nuclear Indiana". Comunicação apresentada na II Semana de História Política, PPGH, 20-21 de junho de 2007, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

GANERI, A. *Explorando a Índia*. São Paulo: Editora Ática, 1997

JAYAPALAN, N. *Foreign Policy of India*. New Delhi, Atlantic Publishers and Distributors, 2001.

KAPUR, A. *India's Nuclear Option, atomic diplomacy and decision making*. New York, Praeger Publishers, 1976.

METCALF, B. D. e METCALF, T. R. *A Concise History of India*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

NAYAR, B. R.; PAUL, T. V. India in the World Order: searching for major-power status. Cambridge: Cambridge University Press, 2003

_____. *American Geopolitcs and India*. New Delhi, Manohar, 1976.

NEHRU, J. *The Discovery of India*. New Delhi: Penguin Books India, 2004.

PERKOVICH, G. *India's Nuclear Bomb: the impact on global proliferation*. Berkeley, University of California Press, 1999.
POKHRAN, *et al. India's Nuclear Behaviour*. New Delhi, Oxford University Press, 2001.